

TRAÇOS ANTISOCIAIS EM CRIANÇAS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA SOBRE O PAPEL DO AMBIENTE ESCOLAR NA IDENTIFICAÇÃO PRECOCE

ANTISOCIAL TRAITS IN CHILDREN: A SYSTEMATIC REVIEW ON THE ROLE
OF THE SCHOOL ENVIRONMENT IN EARLY IDENTIFICATION

RASGOS ANTISOCIALES EN NIÑOS: UNA REVISIÓN SISTEMÁTICA SOBRE EL
PAPEL DEL ENTORNO ESCOLAR EN LA IDENTIFICACIÓN PRECOZ

Aline de Araújo Medeiros¹, Selen Castiel Gualberto Lima², João Francisco Braga Holanda³,
Natacha Claros de Barros Corrêa⁴, Neire Abreu Mota Porfiro⁵, Luciano de Souza Santana⁶

DOI: 10.54899/dcs.v22i83.3590

Recibido: 15/10/2025 | Aceptado: 17/10/2025 | Publicación en línea: 30/10/2025.

RESUMO

O presente artigo versa acerca de uma discussão sobre os traços antissociais em crianças, a partir de uma revisão sistemática que analisa o papel do ambiente escolar nas identificações precoces dessa realidade. Para tanto, elenca-se como questão-problema: de que maneira o ambiente escolar pode influenciar no desenvolvimento ou na atenuação de traços antissociais em crianças? O objetivo geral consiste em analisar como o ambiente escolar pode contribuir para o desenvolvimento ou a atenuação desses traços. A pesquisa foi realizada na base da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), utilizando os descritores personalidade, traços antissociais, psicopatologia, crianças e escola, combinados pelo operador booleano “AND” e delimitados pelo recorte temporal de 2019 a 2024. Os resultados evidenciam que a ausência de vínculos afetivos e a negligência familiar favorecem o surgimento de comportamentos desadaptativos, enquanto o ambiente escolar, quando estruturado com práticas pedagógicas sensíveis e suporte multiprofissional, atua como fator protetivo essencial. Conclui-se que a escola é um espaço estratégico para a detecção precoce de traços antissociais e para o desenvolvimento de ações preventivas integradas entre educação e psicologia, voltadas à promoção da saúde mental.

Palavras-chave: Traços Antissociais. Infância. Ambiente Escolar. Psicologia.

¹ Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia (FCR), Porto Velho, Rondônia, Brasil.

E-mail: alinemedeiros@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-0409-3485>

² Doutora em Educação, Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, Santa Catarina, Brasil.

E-mail: selenacastiel@fcr.edu.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6720-9912>

³ Graduando em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia (FCR), Porto Velho, Rondônia, Brasil.

E-mail: jfbholanda@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-0487-5485>

⁴ Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia (FCR), Porto Velho, Rondônia, Brasil.

E-mail: natacha.correa@sou.fcr.edu.br Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-5782-6326>

⁵ Doutoranda em Educação Escolar, Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, Rondônia, Brasil.

E-mail: nporfiro28@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6949-9792>

⁶ Graduando em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia (FCR), Porto Velho, Rondônia, Brasil.

E-mail: lucianobry@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-8227-2825>

ABSTRACT

This article presents a discussion on antisocial traits in children, based on a systematic review that analyzes the role of the school environment in the early identification of this reality. To this end, the key research question is: how can the school environment influence the development or mitigation of antisocial traits in children? The main objective is to analyze how the school environment can contribute to the development or mitigation of these traits. The research was conducted on the Virtual Health Library (VHL) database, using the descriptors personality, antisocial traits, psychopathy, children, and school, combined with the Boolean operator "AND" and limited to the time frame of 2019 to 2024. The results show that the absence of affective bonds and family neglect favors the emergence of maladaptive behaviors, whereas the school environment, when structured with sensitive pedagogical practices and multidisciplinary support, acts as an essential protective factor. It is concluded that the school is a strategic space for the early detection of antisocial traits and for the development of integrated preventive actions between education and psychology, aimed at promoting mental health.

Keywords: Antisocial Traits. Childhood. School Environment. Psychology.

RESUMEN

El presente artículo aborda una discusión sobre los rasgos antisociales en niños, a partir de una revisión sistemática que analiza el papel del entorno escolar en la identificación temprana de esta realidad. Para ello, se plantea la siguiente pregunta de investigación: ¿de qué manera puede el entorno escolar influir en el desarrollo o la atenuación de rasgos antisociales en niños? El objetivo general es analizar cómo el ambiente escolar puede contribuir al desarrollo o a la atenuación de estos rasgos. La investigación se realizó en la base de datos de la Biblioteca Virtual en Salud (BVS), utilizando los descriptores personalidad, rasgos antisociales, psicopatía, niños y escuela, combinados por el operador booleano "AND" y delimitados por el período de 2019 a 2024. Los resultados evidencian que la ausencia de vínculos afectivos y la negligencia familiar favorecen la aparición de comportamientos inadaptados, mientras que el entorno escolar, cuando está estructurado con prácticas pedagógicas sensibles y apoyo multiprofesional, actúa como un factor protector esencial. Se concluye que la escuela es un espacio estratégico para la detección precoz de rasgos antisociales y para el desarrollo de acciones preventivas integradas entre la educación y la psicología, orientadas a la promoción de la salud mental.

Palabras clave: Rasgos Antisociales. Infancia. Entorno Escolar. Psicología.



Esta obra está bajo una [Licencia Creative Commons Atribución- NoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

INTRODUÇÃO

A infância constitui um período determinante para o desenvolvimento da personalidade e do comportamento social. É nessa fase que se estabelecem os padrões de interação que

influenciam diretamente a forma como a criança se relacionará com o mundo ao longo da vida.

A compreensão da história do sujeito com traços antissociais deve partir da análise de suas experiências iniciais, uma vez que é na infância que se estruturam as bases da personalidade e do comportamento social. Durante esse período, o indivíduo vivencia intensamente os processos de vinculação afetiva, regulação emocional e internalização de normas sociais, os quais são fundamentais para o desenvolvimento de condutas pró-sociais.

Quando tais experiências ocorrem em contextos marcados por negligência, ausência de limites claros ou vínculos afetivos frágeis, podem surgir distorções significativas na construção da empatia e da moralidade. De acordo com Winnicott (2021, p. 170), a ausência “de um ambiente suficientemente bom interrompe o curso natural do desenvolvimento e compromete a capacidade de o sujeito estabelecer relações saudáveis”, o que evidencia que a origem dos comportamentos antissociais não é inata, mas relacional e contextual.

Assim, a história da criança com possíveis traços antissociais é frequentemente atravessada por múltiplas vulnerabilidades, como a exposição a situações de violência doméstica, rejeição, pobreza extrema e práticas parentais inconsistentes. Esses fatores, somados a características individuais, como impulsividade e baixa tolerância à frustração, podem favorecer a manifestação precoce de comportamentos desafiadores. Estudos apontam que, na ausência de intervenções adequadas, essas condutas tendem a se cristalizar e repercutir negativamente nas etapas posteriores do desenvolvimento (Paim et al., 2024, p. 6705).

Dessa forma, compreender a trajetória infantil desses sujeitos não significa rotulá-los, mas reconhecer que os primeiros contextos de socialização exercem papel decisivo na gênese dos traços antissociais e, portanto, configuram-se como ponto de partida essencial para ações preventivas e educativas eficazes.

O ensejo investigativo emerge em virtude da presença de comportamentos que fogem ao esperado para a idade, como dificuldades em expressar empatia, tendência à manipulação e atitudes desafiadoras recorrentes. Quando essas características se mostram persistentes, torna-se fundamental compreender que tratam apenas de variações normativas do desenvolvimento ou se indicam sinais precoces de um possível transtorno de personalidade na vida adulta.

Nesse contexto, a escola, por sua função social e educativa, assume papel essencial nesse processo. Além de ser um espaço de aprendizagem, constitui-se também como ambiente privilegiado para o desenvolvimento de habilidades emocionais e sociais. Professores e demais profissionais da educação podem ser peças-chave na identificação de padrões comportamentais

que demandam atenção.

No entanto, a falta de conhecimento adequado sobre o tema pode levar à negligência desses sinais ou até mesmo ao reforço involuntário de comportamentos violentos, o que reforça a necessidade de aprofundamento sobre a temática. A escola tem o poder de transformar trajetórias: o contato com professores preparados, um ambiente que favoreça o aprendizado socioemocional e o uso de abordagens pedagógicas sensíveis podem fazer toda a diferença no futuro de uma criança.

Quando há um olhar atento e acolhedor, sinais preocupantes podem ser reconhecidos a tempo, permitindo que intervenções adequadas sejam realizadas antes que esses traços se consolidem. Além disso, a escola não é apenas um espaço de aprendizagem acadêmica, mas também um ambiente de alerta um local onde as crianças podem encontrar adultos capazes de enxergar além das notas e dos comportamentos superficiais, percebendo suas dores e necessidades.

Diante disso, este estudo propõe uma revisão sistemática para responder à questão-problema: de que maneira o ambiente escolar pode influenciar no desenvolvimento ou na atenuação de traços antissociais em crianças? O objetivo geral consiste em analisar como o ambiente escolar pode contribuir para o desenvolvimento ou a atenuação desses traços.

Já os objetivos específicos organizam-se em: evidenciar a epidemiologia do Transtorno da Personalidade Antissocial (TPAS), com enfoque na distinção entre comportamentos normativos da infância e indicadores de desenvolvimento do transtorno; identificar os principais traços antissociais e sua relação com o ambiente escolar; e contextualizar o papel da escola na identificação precoce de crianças com tendências antissociais, por meio da psicoeducação, a fim de auxiliar educadores no reconhecimento e na abordagem desses comportamentos de forma habilidosa.

Assim, a estrutura discursiva delineia respostas e compreensões acerca da influência do contexto escolar na manifestação de traços antissociais, contribuindo para a formulação de práticas pedagógicas mais eficazes e sensíveis, capazes de oferecer suporte adequado às crianças e impactar positivamente o seu futuro.

REFERENCIAL TEÓRICO

Infância, Desenvolvimento e Comportamento

Tratar da infância é voltar-se para a etapa fundamental do desenvolvimento humano, pois é ao longo desse período que ocorrem as transformações mais significativas na forma como o sujeito se percebe e se relaciona com o mundo ao seu redor. É nessa fase que a criança desenvolve as bases emocionais, cognitivas e sociais que servirão de suporte para sua vida adulta, influenciando, de maneira decisiva, a construção da identidade e das relações interpessoais.

Os cuidados, a atenção e os estímulos recebidos nesse período impactam diretamente a capacidade da criança de criar, fortalecer vínculos e lidar com frustrações. Assim, quando suas primeiras experiências se dão em contextos de negligência, vínculos afetivos frágeis ou ambientes desestruturados, aumenta-se o risco de que marcas profundas se estabeleçam em seu desenvolvimento psíquico.

Considerando a infância como uma fase crítica do desenvolvimento psíquico e social, tem-se, segundo Piaget (1971), que esse é o momento em que a criança organiza progressivamente sua inteligência por meio da interação com o meio. De acordo com o autor, é nos estágios iniciais que a criança desenvolve habilidades como a linguagem, a noção de permanência do objeto, a compreensão do ponto de vista do outro e o pensamento lógico aplicado a situações concretas.

Importante ressaltar, portanto, que a aquisição dessas habilidades mencionadas por Piaget (1971) não ocorre de forma isolada, estando intimamente ligada às vivências emocionais, sociais e culturais do contexto em que a criança se encontra. A tese de que a qualidade das interações, especialmente em ambiente familiar pode favorecer ou comprometer o desenvolvimento global infantil é reforçada pela formulação de Winnicott (2021) acerca da localização da experiência cultural, quando diz que:

Ela se inicia no espaço potencial entre uma criança e a mãe, quando a experiência produziu na criança um alto grau de confiança na mãe, no fato de que ela vai estar lá quando a criança de repente precisar dela. Neste ponto, eu me alinho com Fred Plaut, que usou a palavra “confiança” como chave para o estabelecimento dessa área de experiência saudável (Winnicott, 2021, p.40).

Para o pediatra e psicanalista inglês Donald Winnicott, a sociedade se estrutura a partir do microuniverso familiar, base fundamental para o desenvolvimento emocional e social do

indivíduo. A ausência de investimento adequado nos primeiros anos de vida é desastrosa, uma vez que os processos de crescimento não se efetivam sem a presença de um ambiente facilitador.

A respectiva necessidade é ainda mais evidente na primeira infância, período em que a dependência da criança em relação ao outro é quase absoluta. Trata-se, portanto, de um ambiente que exige qualidade humana, sensibilidade e acolhimento, e não uma perfeição mecânica ou técnica, de modo que:

A expressão “mãe suficientemente boa” me parece atender às necessidades de uma descrição daquilo que a criança precisa, se os processos de crescimento herdados se tornarem uma realidade no desenvolvimento dessa criança específica. (...) Se houver uma provisão ambiental suficientemente boa, isso de fato se verifica na criança. Porém, se o ambiente facilitador não for suficientemente bom, interrompe-se o curso da vida, e as tendências herdadas, muito poderosas, não levam a criança à realização pessoal (Winnicott, 2021, p. 170).

Ambos os autores permitem inferir, portanto, que a vivência de uma ou múltiplas experiências adversas estabelece, nesse cenário, a possibilidade de desencadear consequências significativas no desenvolvimento infantil. Tais experiências, conforme relata Gusmão (2019, p. 45), exercem impacto direto sobre diferentes dimensões do desenvolvimento, especialmente na formação de vínculos sociais, na propensão a comportamentos de risco, no surgimento de problemas de saúde física e mental e na constituição do bem-estar geral.

Para melhor entendimento, a subseção a seguir ordena uma discussão conceitual acerca da TPAS que podem ser apresentada por traços na infância.

Transtorno de Personalidade Antissocial (TPAS): Traços na Infância

Com o passar do tempo e o avanço das pesquisas em saúde mental, os profissionais da área passaram a adotar o termo Transtorno de Personalidade Antissocial (TPAS) em substituição à palavra psicopatia, buscando definições mais precisas que pudessem auxiliar na compreensão e no cuidado com as pessoas afetadas.

O Transtorno de Personalidade Antissocial (TPAS) é caracterizado por um padrão persistente de desrespeito e violação dos direitos alheios, frequentemente acompanhado de impulsividade, manipulação e ausência de remorso. Segundo o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V, 2013), para o estabelecimento do diagnóstico é necessário que esses comportamentos se manifestem a partir dos 15 anos de idade, embora possam existir

indícios anteriores, especialmente relacionados ao Transtorno de Conduta.

O manual descreve como critérios diagnósticos a impulsividade, a irritabilidade e a agressividade frequentemente expressas em lutas corporais ou agressões físicas, o descaso pela segurança própria ou de outros, a irresponsabilidade reiterada e a ausência de remorso, que se manifesta por meio de indiferença ou racionalização em relação a ter ferido, maltratado ou roubado outras pessoas. Além disso, estabelece que é necessária a presença de, no mínimo, três desses critérios de forma concomitante.

Já a Classificação Internacional de Doenças (CID-11, 2022) define o TPAS como um transtorno específico da personalidade, caracterizado por padrões duradouros de comportamento dissocial. Ambos os manuais destacam que tais traços comprometem significativamente o funcionamento interpessoal e ocupacional do indivíduo, o que torna fundamental a compreensão desses comportamentos para o desenvolvimento de estratégias preventivas desde a infância.

É importante salientar que o diagnóstico de TPAS não é aplicado a populações pediátricas. Nesse contexto, utiliza-se o Transtorno de Conduta para designar crianças e adolescentes que manifestam comportamentos indicativos do transtorno. Crianças diagnosticadas com Transtorno de Conduta apresentam risco aumentado de desenvolver TPAS na vida adulta, embora o diagnóstico formal permaneça restrito a indivíduos adultos (Paim et al., 2024, p. 6708).

Comportamentos externalizantes na infância, por sua vez, constituem manifestações observáveis que comprometem a interação da criança com o ambiente, como agressividade, desobediência e impulsividade. Essas condutas podem expressar-se em birras intensas e recorrentes, agressões físicas ou verbais, destruição de objetos, oposição persistente a figuras de autoridade e comportamentos provocadores ou desafiadores, sendo considerados precursores do Transtorno de Conduta e, conseqüentemente, do TPAS.

Complementando essa perspectiva, Bordin e Offord (2000, p. 13) afirmam que tais manifestações, quando presentes na adolescência, configuram uma tendência a comportamentos persistentes e perturbadores, frequentemente associados ao envolvimento em atividades perigosas ou ilegais. Os autores ressaltam, ainda, que esses jovens geralmente não demonstram sofrimento psíquico nem constrangimento diante de suas próprias atitudes. Desse modo:

Comportamentos antissociais são frequentemente observados no período da adolescência como sintomas isolados e transitórios. Porém, estes podem surgir precocemente na infância e persistir ao longo da vida, constituindo quadros psiquiátricos de difícil tratamento. Fatores individuais, familiares e sociais estão implicados no desenvolvimento e na persistência do comportamento anti-social, interagindo de forma complexa e ainda pouco esclarecida (Bordin; Offord, 2000).

Diante das afirmações apresentadas, é possível inferir que o Transtorno de Personalidade Antissocial constitui um diagnóstico reservado exclusivamente a indivíduos adultos. Contudo, seus primeiros sinais podem manifestar-se de forma significativa ainda na infância, por meio de comportamentos disfuncionais que, se persistirem, podem evoluir para o Transtorno de Conduta e representar um importante sinal de alerta.

Entre os fatores que podem contribuir para o desenvolvimento de traços antissociais na infância, destaca-se a exposição a ambientes cronicamente estressantes. Conforme ressaltam Rodrigues (2007, p. 72), tais contextos “impedem a constituição de métodos bem-sucedidos de adaptação e, conseqüentemente, crianças que experimentam instabilidade familiar, baixa renda e moram em regiões de risco podem apresentar níveis mais altos de condutas problemáticas ou comportamentos antissociais”. Corroborando nesta visão conceitual, o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais aponta que:

A probabilidade de desenvolvimento de transtorno da personalidade antissocial na idade adulta aumenta se o transtorno da conduta do indivíduo teve início na infância (antes dos 10 anos) (...). Abuso ou negligência infantil, paternidade/maternidade instável ou errática ou disciplina parental inconsistente podem aumentar a probabilidade de o transtorno da conduta evoluir para transtorno da personalidade antissocial (Associação Americana Psiquiátrica, 2013)

Dito isso, compreender esses dados constitui o primeiro passo para o mapeamento de padrões e contextos de maior incidência, servindo como base para ações preventivas eficazes. Crianças e adolescentes com Transtorno de Conduta devem ser identificados o mais precocemente possível, a fim de que possam beneficiar-se de intervenções terapêuticas e de estratégias preventivas adequadas (Bordin; Offord, 2000, p. 14).

Entretanto, trata-se de uma tarefa complexa, em razão da natureza dinâmica e multifatorial do desenvolvimento infantil, bem como da dificuldade em distinguir os traços considerados “normais” da adolescência daqueles que configuram comportamentos mal adaptados. Tal cenário evidencia, conforme ressaltam Paim et al. (2024, p. 6709), “a necessidade de cautela e de uma abordagem mais contextualizada para entender os comportamentos antissociais nesta faixa etária, além de reforçar a importância de investigações futuras sobre o tema”.

Nesse sentido, além dos conceitos que fundamentam o TPAS é necessário municiar o papel neste processo de identificação e intervenção enquanto espaço de formação e função social.

O Papel da Escola na Identificação e Intervenção

A escola, dentre seus inúmeros papéis, ocupa uma posição privilegiada na identificação precoce de comportamentos que sinalizem aqueles que destoam do esperado para determinada faixa etária, uma vez que constitui um dos primeiros espaços onde as crianças interagem e entram em contato com normas sociais, limites e figuras de autoridade fora do ambiente familiar.

Nesse contexto, educadores atentos e devidamente capacitados podem perceber esses sinais em suas fases iniciais. Tais observações, quando analisadas com sensibilidade e conhecimento técnico, contribuem para a detecção precoce de traços comportamentais que, se negligenciados, tendem a se intensificar ao longo do desenvolvimento. Assim, um olhar ativo e qualificado é fundamental para a construção de estratégias preventivas eficazes.

Mais do que um espaço de aprendizagem formal, a escola é também um ambiente de proteção e de construção de vínculos. Por essa razão, o papel da instituição na escuta atenta e sensível às dificuldades emocionais e sociais, bem como na prevenção e no encaminhamento de crianças em situação de risco, é tão essencial quanto o currículo pedagógico.

Contudo, muitos professores ainda não recebem formação adequada para lidar com essas situações, o que dificulta a distinção entre comportamentos esperados e aqueles que podem indicar possíveis transtornos. Além disso, a rotina escolar sobrecarregada e a ausência de suporte técnico especializado tornam o processo de observação e intervenção ainda mais desafiador, conforme destacam Gallo e Williams (2008, p. 55):

O professor brasileiro não recebe capacitação e incentivo para lidar com essa população. A falta de capacitação aos professores para atuarem com alunos que apresentam problemas de comportamento, tal como os jovens em conflito com a lei, associada aos baixos salários que os desestimulam, é assunto premente (Gallo; Williams, 2008, p. 55).

Ainda nessa perspectiva, Gallo e Williams (2008, p. 56) complementam apontando a necessidade de que mais recursos sejam direcionados às escolas, exemplificando tal necessidade pela importância da capacitação de professores para lidar com alunos cujos comportamentos se desviam do padrão esperado e que demandam uma prática pedagógica diferenciada, “tais como classes com número reduzido de alunos, aconselhamento e apoio psicológico”.

Nesse sentido, fortalecer a formação continuada e oferecer apoio institucional aos educadores é essencial para que possam atuar com maior segurança e sensibilidade na promoção da saúde mental infantil. As práticas pedagógicas exercem papel preventivo crucial no

enfrentamento de comportamentos antissociais, sobretudo quando fundamentadas no respeito, na empatia e no desenvolvimento de habilidades socioemocionais.

Dois autores que corroboram esse entendimento são Estanislau e Bressan (2014), que, em sua obra *Saúde Mental na Escola: o que os educadores devem saber*, afirmam que:

A prevenção de transtornos mentais é um conjunto de estratégias que busca impedir que um transtorno mental se instale ou, ao menos, que busca reduzir o impacto desses transtornos na vida de uma pessoa. Suas ações basicamente reduzem fatores de risco associados aos transtornos mentais. (...) Prevenção primária: reduz fatores de risco que podem deixar a pessoa vulnerável a um transtorno. Exemplos: campanhas contra bullying ou ação contra abuso infantil (Estanislau; Bressan, 2014, p.43).

A maneira como o educador conduz a sala de aula, estabelece vínculos e auxilia seus alunos na resolução de conflitos reflete diretamente em seus comportamentos e em sua autorregulação emocional. Quando há diálogo, acolhimento e respeito, a criança tende a responder com maior equilíbrio e, conseqüentemente, aprende a administrar melhor suas emoções e desafios, uma vez que se encontra em um ambiente seguro e propício ao crescimento pessoal e social.

Nesse sentido, estratégias como rodas de conversa, mediação de conflitos e trabalhos em grupo contribuem para fortalecer o senso de pertencimento e o respeito mútuo entre os estudantes. A prevenção ocorre no cotidiano e não se estabelece por meio de fórmulas prontas, mas sim por uma pedagogia que combina afeto, proteção, limites claros e escuta ativa.

A escola tem, portanto, a incumbência de exercer, além da função de transmissão do conhecimento, o papel de agente de transformação e de proteção social. Importa ressaltar que o termo “escola” abrange, neste contexto, todos os profissionais inseridos na instituição educacional, considerando que seu impacto vai muito além do conteúdo didático. Tal compreensão reforça a necessidade de políticas públicas bem estruturadas, que tenham papel estratégico na promoção da saúde mental infantil e que garantam a presença de equipes multidisciplinares, bem como a criação de espaços de escuta qualificada para os alunos, aliados à formação continuada dos profissionais da educação.

Nesse contexto, a Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019, representa um importante avanço ao dispor “sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica”, uma vez que a atuação de equipes multiprofissionais no ambiente escolar contribui diretamente para o acolhimento das demandas dos alunos. Segundo o texto legal, “as equipes multiprofissionais deverão desenvolver ações para a melhoria da qualidade do

processo de ensino-aprendizagem, com a participação da comunidade escolar, atuando na mediação das relações sociais e institucionais” (Brasil, 2019).

Todavia, a efetivação plena dessas diretrizes ainda está distante da realidade de muitas escolas públicas do país. Assim, torna-se urgente repensar as políticas educacionais, assegurando que o bem-estar emocional seja tratado com a mesma seriedade que o aprendizado formal, pois cuidar da mente é também cuidar do futuro, visto que todo processo educacional deve formar os campos do cognitivo, intelectual e socioemocional para o exercício de cidadania.

METODOLOGIA

O presente estudo foi desenvolvido por meio de uma revisão sistemática da literatura, com o objetivo de avaliar de que maneira o ambiente escolar pode influenciar no desenvolvimento ou na atenuação de traços antissociais em crianças. Adotou-se o método qualitativo, por meio do qual se buscou responder à problemática proposta com base em uma análise criteriosa e transparente das produções científicas disponíveis.

A revisão sistemática consiste em um método de abordagem que permite a inclusão de estudos tanto experimentais quanto não experimentais, com a finalidade de proporcionar uma compreensão ampla e fundamentada sobre determinado fenômeno. Destaca-se que esse tipo de estudo “possibilita ao pesquisador sintetizar o conhecimento existente e aplicar os resultados obtidos à prática científica e profissional” (Souza et al., 2010, p. 103).

O caráter exploratório dessa investigação é justificado por constituir uma etapa preliminar que visa compreender o objeto de estudo em seu contexto real, considerando o repertório teórico e empírico dos autores consultados. O principal objetivo dessa etapa é subsidiar a formulação de instrumentos metodológicos adequados à realidade investigada. Tal abordagem qualitativa permite, ainda, “reduzir vieses interpretativos e compreender de forma mais aprofundada os fatores humanos e sociais que influenciam o fenômeno em análise” (Piovesan; Temporini, 1995, p. 320).

O estudo teve como base a compreensão de um fenômeno psicopatológico, com o propósito de responder às questões de pesquisa por meio de uma abordagem qualitativa de caráter descritivo, aliada à análise dos dados obtidos por busca avançada na revisão sistemática da literatura.

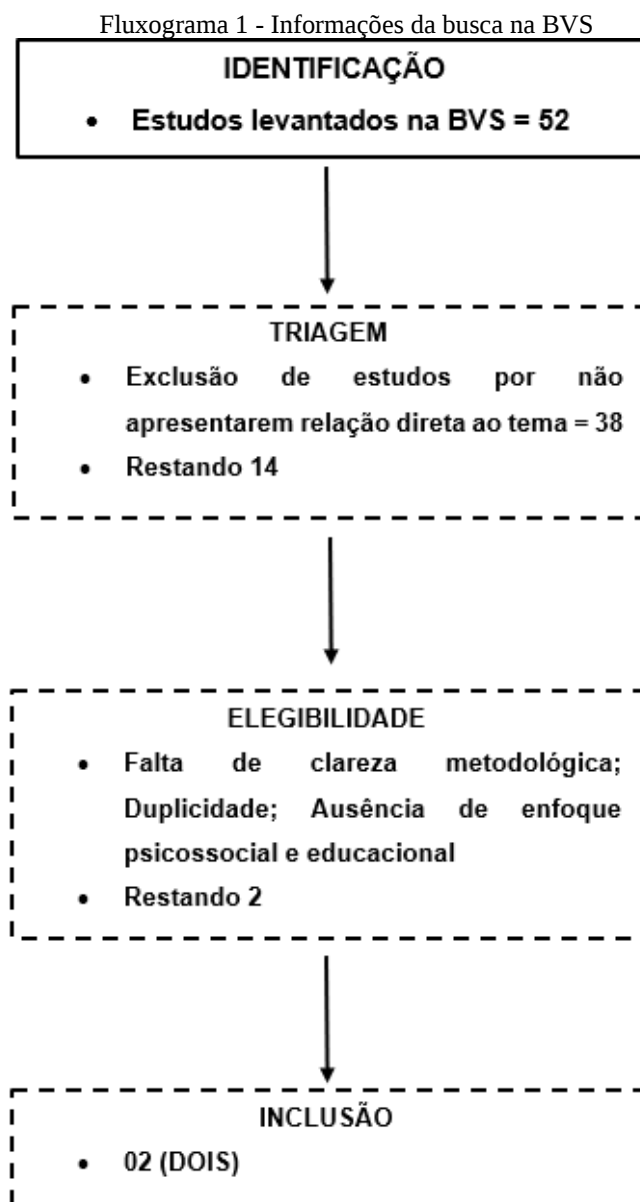
Os instrumentos de coleta de dados utilizados na presente pesquisa corresponderam às

produções selecionadas na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), plataforma online reconhecida pela ampla indexação de estudos científicos na área da saúde. Para a busca, foram empregados os seguintes descritores: personalidade; traços antissociais; psicopatia; crianças; escola. A combinação entre os termos foi realizada mediante o uso dos operadores booleanos “AND” e o recorte temporal compreendeu os últimos cinco anos, publicados em Língua Portuguesa de forma a garantir a atualidade das fontes.

Quanto à análise dos dados, adotou-se a técnica de análise de conteúdo, conforme o referencial metodológico proposto por Bardin (2016), a qual permite interpretar o material coletado de modo sistemático e objetivo, identificando categorias temáticas e inferências que emergem a partir das evidências encontradas.

Durante o processo de busca nas bases de dados científicas, foram inicialmente identificados 52 (cinquenta e dois) estudos relacionados à temática “traços antissociais em crianças e ambiente escolar”. Após a primeira triagem, que consistiu na leitura dos títulos e resumos, 38 (trinta e oito) trabalhos foram excluídos por não apresentarem relação direta com o objeto deste estudo, abordando o comportamento antissocial em contextos não escolares ou em populações adultas, bem como a questão do idioma e o recorte temporal. Permaneceram 14 (quatorze) artigos para leitura integral.

Desses, 12 (doze) estudos foram eliminados por não atenderem aos critérios metodológicos estabelecidos (falta de clareza nos procedimentos de análise, duplicidade de publicação ou ausência de enfoque psicossocial e educacional). Ao final do processo, 02 (dois) artigos atenderam aos critérios de inclusão e compuseram a amostra final da revisão sistemática conforme evidencia o fluxograma a seguir:



Fonte: Elaborado pelos autores (2025)

A seleção desses dois estudos justificou-se pelo fato de abordarem de maneira direta a influência do ambiente escolar na manifestação e prevenção de comportamentos antissociais, destacando a importância das práticas pedagógicas, da formação docente e das relações socioemocionais no contexto educativo.

Os trabalhos escolhidos também apresentaram metodologia clara e fundamentação teórica consistente, permitindo a comparação entre diferentes perspectivas sobre o papel da escola na identificação precoce de traços antissociais que serão discutidos na próxima seção.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os artigos selecionados foram descritos na Tabela 1, sendo posteriormente discutidos e analisados.

Tabela 1 - Resultados da busca da BVS			
Autor	Ano	Título	Objetivo
Gusmão	2019	Disfuncionalidade familiar durante a infância e adolescência e o desenvolvimento de traços antissociais	Analisar o impacto da estrutura familiar e dos vínculos afetivos na formação de comportamentos antissociais.
Paim et al.	2024	Compreendendo o Transtorno de Personalidade Antissocial em crianças e adolescentes: uma revisão sistemática	Mapear características precoces do TPAS e discutir estratégias de intervenção preventiva.

Fonte: Elaborado pelos autores (2025)

A partir da leitura e análise integral dos dois estudos selecionados — Gusmão (2019) e Paim et al. (2024), observou-se a convergência de resultados quanto à importância do ambiente escolar e familiar na manifestação e prevenção de traços antissociais durante a infância.

Ambos os trabalhos enfatizam que as experiências sociais precoces exercem papel decisivo na formação da personalidade e que o reconhecimento oportuno de sinais comportamentais atípicos pode evitar o agravamento de condutas de risco.

A análise qualitativa dos achados permitiu a construção de duas categorias temáticas: (1) *A influência do ambiente e dos vínculos afetivos no surgimento de traços antissociais*; e (2) *A escola como espaço de observação e intervenção preventiva*.

Categoria 1 – A influência do ambiente e dos vínculos afetivos no surgimento de traços antissociais

O estudo de Gusmão (2019), desenvolvido em nível de mestrado no Instituto Superior de Psicologia Aplicada, evidencia que a disfuncionalidade familiar durante a infância e adolescência constitui um dos principais preditores de comportamentos antissociais. A autora ressalta que a ausência de vínculos seguros, a negligência emocional e a exposição a contextos de violência doméstica fragilizam a capacidade da criança de desenvolver empatia e de internalizar regras sociais, criando um terreno propício à manifestação de condutas desadaptadas.

De acordo com a autora, tais experiências precoces influenciam a regulação emocional e moral do indivíduo, de modo que crianças expostas a ambientes marcados por hostilidade ou

indiferença tendem a reproduzir comportamentos de desrespeito e agressividade nas interações sociais. Nesse sentido, Gusmão (2019, p. 45) afirma que “as vivências adversas durante a infância exercem impacto direto sobre a formação de vínculos sociais, a propensão a comportamentos de risco e a construção do bem-estar geral”.

Os resultados da autora confirmam a tese de que a gênese dos traços antissociais não é exclusivamente biológica, mas relacional e contextual, apoiando-se nas condições emocionais e afetivas que permeiam as relações familiares e escolares.

Assim, o reconhecimento precoce de disfunções nos vínculos e nas respostas comportamentais das crianças torna-se um passo essencial para a formulação de intervenções educativas e psicossociais mais eficazes.

Categoria 2 – A escola como espaço de observação e intervenção preventiva

O artigo de Paim et al. (2024), intitulado *Compreendendo o Transtorno de Personalidade Antissocial em crianças e adolescentes: uma revisão sistemática*, reforça a relevância da escola como ambiente estratégico para a detecção e manejo de comportamentos antissociais.

O estudo sintetiza evidências recentes que apontam o contexto escolar como um dos primeiros locais em que os traços comportamentais podem ser observados, dada a convivência cotidiana entre pares, educadores e demais profissionais.

Os autores defendem que o professor, quando devidamente preparado, pode desempenhar papel essencial na identificação precoce de condutas que se desviam do esperado para a faixa etária, como ausência de empatia, impulsividade ou comportamentos de manipulação. A partir dessa observação, é possível desenvolver ações preventivas por meio de práticas pedagógicas baseadas no diálogo, na escuta ativa e no fortalecimento das habilidades socioemocionais.

Além disso, Paim et al. (2024, p. 6709) destacam “a necessidade de cautela e de uma abordagem contextualizada para compreender os comportamentos antissociais em crianças e adolescentes, reforçando a importância de investigações futuras sobre o tema”. Essa observação aponta para o caráter dinâmico do desenvolvimento infantil e para a necessidade de políticas educacionais que integrem equipes multiprofissionais na rotina escolar, promovendo uma cultura de cuidado e prevenção.

Portanto, a escola, ao assumir uma postura ativa na promoção da saúde mental e na mediação de conflitos, torna-se espaço privilegiado para intervenções que visam não apenas à

redução de comportamentos disfuncionais, mas também à formação de sujeitos mais empáticos, autorregulados e socialmente integrados.

Os dois estudos analisados evidenciam que a prevenção de traços antissociais na infância depende da interação entre fatores familiares, escolares e sociais. A ausência de vínculos afetivos consistentes e a falta de mediação educativa adequada podem favorecer o desenvolvimento de comportamentos desadaptativos. Por outro lado, ambientes escolares que investem em formação docente, apoio psicológico e práticas pedagógicas inclusivas atuam como importantes mediadores na construção de trajetórias mais saudáveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao chegar nas palavras finais, as evidências indicam que a ausência de vínculos afetivos estáveis, o convívio em ambientes desestruturados e a falta de mediação emocional adequada podem comprometer significativamente o desenvolvimento das competências socioemocionais e morais das crianças.

Paralelamente, o espaço escolar revela-se como cenário privilegiado para a detecção precoce de comportamentos disfuncionais e para a implementação de estratégias de intervenção preventiva. Quando professores e demais profissionais da educação recebem formação contínua e contam com o suporte de equipes multiprofissionais, tornam-se capazes de reconhecer sinais de sofrimento emocional, agir de forma sensível e contribuir para a construção de trajetórias mais equilibradas.

Compreende-se, assim, que a prevenção e o manejo dos traços antissociais não se limitam a ações pontuais, mas exigem uma abordagem integrada entre família, escola e serviços de saúde. A atuação interdisciplinar — envolvendo educadores, psicólogos, assistentes sociais e gestores — constitui a base para a promoção de um ambiente escolar saudável e emocionalmente seguro, capaz de fortalecer o desenvolvimento integral da criança.

Dessa forma, reforça-se a importância de políticas públicas educacionais que assegurem a presença efetiva de profissionais da Psicologia nas escolas, conforme previsto na Lei nº 13.935/2019, a fim de garantir o acompanhamento psicossocial das crianças e a orientação técnica aos educadores. Investir na formação emocional e relacional dos alunos é investir no futuro da sociedade.

Diante do contexto explicitado, enquanto futuros psicólogos, considera-se essencial que a

atuação profissional no contexto escolar ultrapasse a perspectiva clínica tradicional e se consolide como prática preventiva, educativa e comunitária. O psicólogo deve ocupar um espaço ativo na promoção do desenvolvimento socioemocional, mediando conflitos, orientando professores e acolhendo demandas emocionais de alunos e famílias.

Propõe-se, portanto, a criação de programas permanentes de psicoeducação e formação continuada voltados à escuta empática, ao fortalecimento de vínculos e à compreensão das diferenças individuais, de modo a favorecer uma cultura institucional de cuidado e respeito. Somente assim será possível consolidar uma escola que, além de ensinar conteúdos, ensine também a convivência, a empatia e a construção da saúde mental coletiva.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO AMERICANA PSIQUIÁTRICA. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. Porto Alegre: Artmed, 2013.

BORDIN, Isabel AS; OFFORD, David R. Transtorno da conduta e comportamento anti-social. **Brazilian Journal of Psychiatry**, v. 22, p. 12-15, 2000.

BRASIL. **Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019**. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 12 dez. 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13935.htm. Acesso em: 10 jun. 2025.

GUSMÃO, Ana Carolina Cordeiro de. **Disfuncionalidade familiar durante a infância e a adolescência e o desenvolvimento de traços antissociais**. 2019. Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Psicologia Aplicada (ISPA – Instituto Universitário), Lisboa, 1 out. 2019.

PAIM, Luísa Barbosa de Oliveira *et al.* Compreendendo o transtorno de personalidade antissocial em crianças e adolescentes: uma revisão sistemática. **Lumen et Virtus**, v. 15, n. 42, p. 6702-6714, 2024.

ESTANISLAU, Gustavo M.; BRESSAN, Rodrigo Affonseca. **Saúde mental na escola: o que os educadores devem saber**. Artmed Editora, 2014. p.43

GALLO, Alex Eduardo; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. A escola como fator de proteção à conduta infracional de adolescentes. **Cadernos de pesquisa**, v. 38, n. 133, p. 41-59, 2008.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde – 11ª revisão (CID-11)**. Genebra: OMS, 2022.

PIAGET, Jean. **A linguagem e o pensamento da criança**. Martins Fontes, 1999.

PIOVESAN, Armando; TEMPORINI, Edméa Rita. Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. **Revista de saúde pública**, v. 29, p. 318-325, 1995.

RODRIGUES, Ana Mônica Parente Lemos. **Comportamento anti-social infantil sob a perspectiva dos princípios da análise do comportamento**. 2007. 115 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2007.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein (São Paulo)**, v. 8, p. 102-106, 2010.

WINNICOTT, Donald. **Tudo começa em casa**. Ubu Editora, 2021.